



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Acrescente-se art. 9º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 9º-1.** A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 14.**

.....

§ 5º A pessoa natural ou jurídica, contratada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para o exercício da execução, análise, coordenação, gestão ou supervisão das atividades relacionadas aos processos de formação de preços da energia, é diretamente responsável, civil e administrativamente, pelos prejuízos resultantes de atos realizados com dolo ou culpa grave que infringirem normas legais, regulamentares ou estatutárias, incluindo o vazamento de informações confidenciais, sem prejuízo de sua eventual responsabilidade penal e de eventual responsabilidade subsidiária do ONS.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a responsabilização civil e administrativa para os profissionais do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que atuam no exercício da execução, análise, coordenação, gestão ou supervisão das atividades



relacionadas ao processo de formação de preços da energia, incluindo vazamento de informações confidenciais.

Isso porque o Operador lida com um conjunto de informações absolutamente sensíveis e que causam impacto na formação dos preços de energia no mercado de eletricidade do Brasil, de tal forma que a divulgação dessas informações reservadamente para participantes do mercado pode conferir a esses vantagem competitiva sobre os demais.

A emenda em questão é de fundamental importância para garantir um ambiente seguro e eficiente para um setor tão estratégico para o Brasil. Dessa forma, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

Deputado Beto Richa
(PSDB - PR)

